



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 070/2006

Contrato para a prestação dos serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material de limpeza e equipamentos, para os Cartórios Eleitorais de Blumenau, Lages, Brusque e Balneário Camboriú, autorizado pela Senhora Denise Goulart Schlickmann, Secretária de Administração e Orçamento, a fl. 326 do Pregão n. 014/2006, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa Múltipla Terceirização Ltda., em conformidade com as Leis n. 10.520/2002, 8.666/1993 e 8.078/1990, com o Decreto n. 5.450/2005, com a Resolução n. 9/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com a pela Resolução TSE n. 19.820/1997, com a pela Instrução Normativa Conjunta SRF n. 306/2003 e com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral União, homologado na 20ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por sua Secretária de Administração e Orçamento, Senhora Denise Goulart Schlickmann, inscrita no CPF sob o n. 576.723.859-68, residente e domiciliada em São José/SC e, de outro lado, a empresa MÚLTIPLA TERCEIRIZAÇÃO LTDA., estabelecida na Rua Curitiba, 1.970, sala 202, Francisco Beltrão/PR, inscrita no CNPJ sob o n. 00.330.962/0001-09, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Senhor Marcos Roberto Paines Nunes, inscrito no CPF sob o n. 602.406.100-59, residente e domiciliado nesta Capital, tem entre si ajustado Contrato para contratação dos serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material de limpeza e equipamentos, para os Cartórios Eleitorais de Blumenau, Lages, Brusque e Balneário Camboriú, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005, com a Resolução n. 9, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com a Resolução TSE n. 19.820, de 11 de março de 1997, com a Instrução Normativa Conjunta SRF n. 306, de 12 de março de 2003, com o Termo de Conciliação entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral União, homologado na 20ª Vara

do Trabalho de Brasília – DF, nos autos do Processo de n. 01082-2002-020-10-00-0, e com o Pregão n. 014/2006, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto contratação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material de limpeza e equipamentos, nos locais ocupados pelas Zonas Eleitorais abaixo relacionadas, conforme especificado no Projeto Básico anexo ao Pregão n. 014/2006.

1.1.1. 1 (um) posto de trabalho para os Cartórios Eleitorais de Blumenau, com área de, aproximadamente, 337 m² (trezentos e trinta e sete metros quadrados), situado na Praça Victor Konder, 60, Centro.

1.1.2. 1 (um) posto de trabalho para os Cartórios Eleitorais de Lages, com área de, aproximadamente, 257 m² (duzentos e cinquenta e sete metros quadrados), localizado na Avenida Belizário Ramos, esquina com a Rua Veríssimo Galdino Duarte, n. 3738, Condomínio Residencial Terra Nova, térreo, Centro.

1.1.3. 1 (um) posto de trabalho para os Cartórios Eleitorais de Brusque, com área de, aproximadamente, 252 m² (duzentos e cinquenta e dois metros quadrados), localizado na Avenida das Comunidades, 80, Edifício Amélia, 2º andar, sala 20, Centro.

1.1.4. 1 (um) posto de trabalho para o Cartório Eleitoral de Balneário Camboriú, com área de, aproximadamente, 59,14 m² (cinquenta e nove vírgula quatorze metros quadrados), localizado na Rua 916, esquina com a Quarta Avenida, s/n, Casa da Cidadania.

1.2. Os postos de trabalho (um posto por local, totalizando 4) deverão funcionar entre 6 e 22 horas, sendo que a carga horária de cada posto será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda à sexta-feira. A fiscalização irá definir, oportunamente, o horário de funcionamento de cada posto de trabalho.

1.3. O material de limpeza a ser colocado à disposição e utilizado deverá ser de 1ª linha, em quantidade suficiente para suprir as necessidades de limpeza (sacos de lixo, desinfetantes, detergentes, produtos adequados para limpeza dos pisos, álcool, panos etc).

1.3.1. O Contratante poderá valer-se de conhecimentos técnicos de terceiros, servidores públicos ou não, inclusive de parâmetros do INMETRO, para atestar a qualidade do material utilizado.

1.4. O material de limpeza será disponibilizado até o quinto dia útil de cada mês, em quantidade suficiente para suprir as necessidades de limpeza do mês, devendo haver complementação posterior, em havendo necessidade.

1.5. Serão disponibilizados, no mínimo, 1 (um) aspirador de pó e 1 (uma) escada, além de outros equipamentos e utensílios que se mostrarem necessários durante a execução do contrato, como baldes, vassouras etc.

1.6. Nos postos de trabalho de limpeza e conservação serão realizados os seguintes serviços:

DIARIAMENTE:

- remoção com pano úmido do pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilos das janelas, bem como dos demais móveis e equipamentos existentes, inclusive os extintores de incêndio;
- remoção dos capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- limpeza geral de estofados de couro, *curvim*, tecido e outros;
- limpeza e polimento de todas as áreas internas não revestidas por carpete;
- limpeza e polimento de todas as portas e janelas;
- limpeza de todos os pisos, incluindo aspiração do pó;
- limpeza e desinfecção dos banheiros e copas, inclusive pias, vasos e paredes azulejadas;
- limpeza e desinfecção dos aparelhos telefônicos;
- abastecimento dos banheiros com toalha de papel, papel higiênico e sabonetes, que serão fornecidos pelo TRESP;
- limpeza e polimento dos cinzeiros e outros objetos metálicos;
- limpeza de todas as cestas coletoras de lixo, bem como o recolhimento do lixo e transporte do mesmo até o local indicado pela fiscalização (os sacos de lixo serão fornecidos pela contratada);
- rega de plantas;
- limpeza dos vidros;
- limpeza dos corrimões e das escadarias;
- remoção de manchas das portas, paredes, rodapés, móveis, divisórias etc.;
- varredura e lavação das áreas internas; e
- varredura da área externa.

SEMANALMENTE

- lavação geral dos banheiros;
- limpeza geral de prateleiras e estantes;
- limpeza especial do piso, utilizando produtos próprios para tratamento especial de impermeabilização;
- limpeza dos tetos e paredes, bem como das luminárias;
- varredura e lavação das áreas externas do prédio.

MENSALMENTE

- limpeza geral das paredes internas, portas e maçanetas;
- limpeza, com aspirador de pó, das persianas.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 014/2006, de 23/05/2006, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 23/05/2006, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço dos serviços que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pela execução dos serviços, os valores abaixo consignados:

2.1.1. referente ao serviço descrito na Subcláusula 1.1.1, o valor mensal de R\$ 737,54 (setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro reais), totalizando os 12 (doze) meses o valor de R\$ 8.850,48 (oito mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos);

2.1.2. referente ao serviço descrito na Subcláusula 1.1.2, o valor mensal de R\$ 661,29 (seiscentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos), totalizando os 12 (doze) meses o valor de R\$ 7.935,48 (sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos);

2.1.3. referente ao serviço descrito na Subcláusula 1.1.3, o valor mensal de R\$ 700,87 (setecentos reais e oitenta e sete centavos), totalizando os 12 (doze) meses o valor de R\$ 8.410,44 (oito mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e quatro centavos).

2.1.4. referente ao serviço descrito na Subcláusula 1.1.4, o valor mensal de R\$ 751,71 (setecentos e cinquenta e um reais e setenta e um centavos), totalizando os 12 (doze) meses o valor de R\$ 9.020,52 (nove mil e vinte reais e cinquenta e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 10/07/2006, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado através de Termos Aditivos, limitada a duração da prestação dos serviços a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após a execução dos serviços, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a qual será conferida e atestada pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo dos serviços, pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.4. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a comprovação do recolhimento dos encargos sociais, contribuições e tributos devidos e a apresentação de cópia autenticada das folhas de pagamento dos empregados colocados à disposição do Contratante, bem como os comprovantes de pagamento dos salários, de horas extraordinárias, de adicionais de insalubridade, periculosidade, o fornecimento de vales-transporte e vales-refeição e de quaisquer outros benefícios legalmente estabelecidos.

5.4.1. A comprovação de que trata o item anterior será demonstrada mediante apresentação de documentos oficiais, individualizados e identificados por contrato, correspondentes ao mês do adimplemento da obrigação ou, excepcionalmente, do mês anterior, quando não vencidas as referidas contribuições.

5.5. O pagamento, quando houver reajuste ou serviço extraordinário, far-se-á por meio de 2 (dois) tipos de fatura, uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido, ou do serviço extraordinário.

CLÁUSULA SEXTA - TERCEIRA - DA GARANTIA DO CONTRATO

6.1. A Contratada, de acordo com o artigo 56 da Lei n. 8.666/1993, coloca à disposição do Contratante, garantia nos valores de R\$ 442,56 (quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), para a Subcláusula 1.1.1, R\$ 396,78 (trezentos e noventa e seis reais e setenta e oito centavos), para a Subcláusula 1.1.2, R\$ 420,53 (quatrocentos e vinte reais e cinquenta e três centavos), para a Subcláusula 1.1.3 e R\$ 451,03 (quatrocentos e cinquenta e um reais e três centavos), na modalidade fiança bancária.

6.2. A garantia somente será restituída à Contratada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO

7.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano da vigência do Contrato, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

7.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data da apresentação da proposta.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa, Elemento de Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.

CLÁUSULA NONA - DO EMPENHO DA DESPESA

9.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2006NE000691, em 02.06.2006, no valor de R\$ 19.484,63 (dezenove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos), para a realização da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. O Contratante se obriga a:

10.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

10.1.2. promover, através dos seus representantes, os servidores titulares da função de Chefe de Cartório das seguintes Zonas: 003ª – Blumenau, da 21ª - Lages, da 5ª - Brusque e da 56ª Zona Eleitoral – Balneário Camboriú, ou seus substitutos, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

10.1.3. disponibilizar instalações sanitárias e local para vestiários;

10.1.4. destinar local para guarda dos materiais de limpeza, utensílios e equipamentos da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada ficará obrigada a:

11.1.1. executar os serviços objeto deste Contrato rigorosamente em conformidade com todas as condições estabelecidas neste instrumento;

11.1.2. responsabilizar-se, em relação aos profissionais alocados no posto de trabalho, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do Projeto Básico anexo ao Pregão n. 014/2006, tais como: salários; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-transporte; uniforme completo; crachás e outras que venham a ser impostas durante a execução do contrato;

11.1.3. apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações da Justiça Eleitoral;

11.1.4. responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário);

11.1.5. manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

11.1.6. apresentar, previamente, a relação dos empregados que serão colocados à disposição do Contratante, com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender às exigências estabelecidas pelo Contratante, que poderá recusar os que não preencherem as condições necessárias para o bom desempenho do serviço;

11.1.7. suprir toda e qualquer falta no posto de trabalho por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos no Projeto Básico anexo ao Pregão n. 014/2006;

11.1.8. realizar serviços em horas suplementares, que porventura se fizerem necessários;

11.1.9. apresentar seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente;

11.1.9.1. a Contratada deverá fornecer 2 (dois) uniformes no início do contrato, até o décimo dia útil do início da sua vigência, e, anualmente, 2 (dois) uniformes. O uniforme compõe-se de: uma calça (branca) e uma camisa (branca) adequadas à execução do serviço; um par de tênis (branco) e um jaleco branco;

11.1.10. cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho;

11.1.11. responder por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiro ou ao Contratante;

11.1.12. manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

11.1.13. selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

11.1.14. cumprir fielmente a carga horária semanal e os serviços descritos no Projeto Básico anexo ao Pregão n. 014/2006;

11.1.15. comprovar, sempre que solicitado pelo Contratante, a quitação das obrigações trabalhistas;

11.1.16. substituir, sempre que exigido pelo Contratante e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;

11.1.17. manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas;

11.1.18. fornecer, mensalmente, listagem dos produtos de limpeza utilizados e colocados à disposição do Contratante, descrevendo quantidades e marcas;

11.1.19. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante;

11.1.20. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 014/2006;

11.1.21. cumprir os ditames da Resolução n. 9, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de não contratar

empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRESA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

12.1. Os empregados e prepostos da Contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, correndo, por conta exclusiva da primeira, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS SUBSTITUIÇÕES E ALTERAÇÃO DO EFETIVO DE PESSOAL

13.1. A Contratada deverá manter em reserva número suficiente de empregados para reposição imediata, nos casos de faltas, férias, demissões, ou qualquer outro impedimento ou, ainda, por acréscimo do Contrato, devendo os substitutos estar devidamente credenciados para o exercício da função.

13.2. Nos casos de alteração do efetivo de pessoal, resultante de acréscimo ou redução de áreas físicas abrangidas ou de alteração do quantitativo do objeto contratado, segundo determinação do Contratante, será observado o disposto na Resolução TSE n. 19.820, de 11 de março de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

14.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedida de licitar e contratar com a União; e,
- b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

14.2.1. As sanções estabelecidas na Subcláusula 14.2 são de competência da autoridade máxima deste Tribunal.

14.3. Para os casos não previstos na Subcláusula 14.2 poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.3.1. A sanção estabelecida na alínea “d” da Subcláusula 14.3 é de competência do Presidente do TRESA.

14.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços sujeitará a Contratada, a juízo do Contratante, à multa de 0,06% (zero vírgula zero seis por cento) ao dia sobre o valor mensal contratado.

14.5. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no fornecimento dos uniformes sujeitará a Contratado, a juízo do Contratante, à multa de 0,06% (zero vírgula zero seis por cento) ao dia sobre o valor mensal contratado.

14.6. Da aplicação das penalidades definidas nas Subcláusulas 14.3, alíneas “a”, “b” e “c”, 14.4 e 14.5 caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

14.7. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio da Secretária de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.8. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d” da Subcláusula 14.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA AVALIAÇÃO DO CONTRATO

15.1. O Contratante avaliará as rubricas abaixo especificadas, sem prejuízo das demais avaliações previstas legalmente, devendo a Contratada comprovar a realização das despesas nelas previstas, ou a sua regular apropriação, quando couber, obedecendo à seguinte periodicidade:

15.1.1. Montante A (Anexo I da Resolução TSE n. 19.820/1997): os grupos B (2.2) e C (2.3), a cada 12 (doze) meses ou ao término do Contrato, o que ocorrer primeiro;

15.1.2. Montante B (Anexo II da Resolução TSE n. 19.820/1997):

a) Vale Transporte (4) e Vale Alimentação (5), mensalmente;

b) demais rubricas, a cada 12 (doze) meses ou ao término do Contrato, o que ocorrer primeiro.

15.1.3. Taxa de Administração (Anexo III da Resolução TSE n. 19.820/1997): Despesas Administrativas (1), a cada 12 (doze) meses ou ao término do contrato, o que ocorrer primeiro.

15.2. A não comprovação das despesas a que se refere a Subcláusula 15.1 implicará a devolução e/ou glosa dos valores faturados a este título.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DA RESCISÃO

16.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993 e da Resolução n. 9, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

16.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, sujeita-se, a Contratada, ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor anual do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DO FORO

18.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 06 de julho de 2006.

CONTRATANTE:

DENISE GOULART SCHLICKMANN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

MARCOS ROBERTO PAINES NUNES
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

SALÉSIO BAUER
COORD. DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RAFAEL ALEXANDRE MACHADO
COORD. DE APOIO ADMINISTRATIVO

